manchete

Correio Manhã	Periodicidade: **Diário**
	Classe: **Informação Geral**
11-11-2022	Âmbito: **Nacional**
	Pagina(s): **1,8,9**

Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.

manchete

Correio Manhã	Periodicidade: Diário
	Classe: Informação Geral
11-11-2022	Âmbito: Nacional
	Pagina(s): 1,8,9

NEGÓCIOS SUSPEITOS

VENTURA | **"CASO INSUSTENTÁVEL."**

O presidente do Chega, André Ventura, considerou ontem que a situação está a ficar insustentável para Miguel Alves. "Está a ficar insustentável para o secretário de Estado, ainda por cima com o peso que este secretário de Estado tem, que é, na prática, o substituto do primeiro-ministro", afirmou.

INQUÉRITO

Adjunto de Costa acusado de prevaricação

CASO Acusação do Ministério Público a Miguel Alves está relacionada com negócios da Câmara de Caminha com uma empresa de Manuela Couto

DECISÃO Miguel Alves apresentou ontem a demissão do cargo de secretário de Estado Adjunto do primeiro-ministro

Miguel Alves foi presidente da Câmara Municipal de Caminha entre 2013 e meados de setembro deste ano, altura em que iniciou funções como secretário de Estado Adjunto do primeiro-ministro

DÉBORA CARVALHO / ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA / TÂNIA LARANJO / DAVID MONTEIRO

O secretário de Estado Adjunto do primeiro-ministro, Miguel Alves, foi acusado pelo Ministério Público (MP) do crime de prevaricação – que prevê uma pena até 5 anos de cadeia. Na sequência da acusação, demitiu-se ontem do cargo de secretário de Estado Adjunto do primeiro-ministro. António Costa aceitou a demissão.

Neste processo, estão em causa contratos suspeitos assinados entre o ex-governante, quando era presidente da Câmara de Caminha, e a empresária Manuela Couto, arguida juntamente com o marido Joaquim Couto, ex-autarca de Santo Tirso, na Operação Teia. O Ministério Público diz que Manuela Couto foi favorecida na adjudicação de contratos.

No centro da investigação está a sociedade Mit – Make it Happen, Lda. que realizou dois contratos com a Câmara de Caminha em abril de 2015 e julho de 2016. No total, são 58 mil euros. Manuela Couto ganhou 26 mil em 2015 e 32 mil em 2016.

ANTÓNIO COSTA ACEITOU A DEMISSÃO DO SEU SECRETÁRIO DE ESTADO

Os dois contratos com a empresa de comunicação e marketing foram por ajuste direto. Miguel Alves liderou a autarquia entre setembro de 2013 e setembro deste ano, altura em que tomou posse como secretário de Estado. O processo já corre desde 2019. A acusação foi deduzida pelo DIAP do Porto, que tem também a Operação Teia, que envolve o casal Couto e outros autarcas do Norte.

Na carta de demissão ontem apresentada ao primeiro-ministro, Miguel Alves afirma: "Face à acusação do MP, e mesmo não tendo conhecimento dos seus termos e pressupostos,

MIGUEL ALVES DIZ ESTAR CONVICTO DE TER TOMADO DECISÕES NA LEGALIDADE

entendo não estarem reunidas as condições que permitam a minha permanência no Governo." Agradeceu a confiança de António Costa e afirmou estar "de consciência tranquila, absolutamente convicto da legalidade de todas as decisões" tomadas quando presidiu à Câmara de Caminha. ●

SAIBA MAIS

300 mil

euros é o valor do adiantamento que a Câmara de Caminha pagou à Green Endogenous, em 2021, no âmbito de um contrato-promessa de arrendamento do Centro de Exposições Transfronteiriço (CET) - ver texto ao lado. O Ministério Público abriu um inquérito a este negócio.

Contrato duvidoso

A Câmara de Caminha celebrou, no final de 2020, o contrato-promessa de arrendamento com a Green Endogenous por um prazo de 25 anos. Os 300 mil euros dizem respeito às rendas do último ano desse ano.

Processo resultou da Operação Teia

O inquérito que visa Miguel Alves, no qual foi acusado, foi aberto em 2019 e resultou de certidão extraída da chamada Operação Teia, segundo confirmou ao CM a Procuradoria-Geral da República. ●

Procuradoria-Geral da República

Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.

manchete

Correio Manhã	Periodicidade: Diário
	Classe: Informação Geral
11-11-2022	Âmbito: Nacional
	Pagina(s): 1,8,9

MONTENEGRO | **CONCORDA COM MARCELO**

Horas antes da demissão de Miguel Alves, o líder do PSD considerou "normalíssimo" que o Presidente da República tivesse pedido explicações ao primeiro-ministro sobre a polémica em torno do ex-presidente da Câmara de Caminha. Montenegro disse ainda que o PSD já pedia "explicações há muito tempo".

POSIÇÃO | **PRESIDENTE**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEZ SABER ONTEM, NO SITE DA PRESIDÊNCIA, QUE ACEITAVA A PROPOSTA DO PRIMEIRO-MINISTRO DE EXONERAÇÃO DE MIGUEL ALVES.

MINISTRO | **NÃO COMENTA POLÉMICA**

O ministro das Infraestruturas, Pedro Nuno Santos, recusou ontem comentar a polémica em torno de Miguel Alves sobre o adiantamento de 300 mil euros que foi pago pela Câmara de Caminha à Green Endogenous. Este pagamento é relativo às rendas do 25º e último ano do contrato-promessa de arrendamento para fins habitacionais.

Primeiro-ministro sabia da existência de dois inquéritos

O primeiro-ministro afirmou ontem que tinha conhecimento de que Miguel Alves era arguido em dois processos. À saída de uma reunião na sede nacional do PS, em Lisboa, António Costa disse que sabia que o seu secretário de Estado tinha esse estatuto e que isso é "uma garantia de quem esta a ser investigado e não um prenúncio de qualquer acusação". E rematou: "Eu também já fui arguido." Costa disse que "percebe bem" a decisão.

António Costa lidera o Governo que tomou posse em março último

Foi adjunto de Costa há 16 anos

Miguel Alves foi adjunto de António Costa quando este foi ministro de Estado e da Administração Interna, entre janeiro de 2006 e maio de 2007. Era tido como homem de confiança do primeiro-ministro.

Liliana Silva diz que desde sempre o contrato suscitou muitas dúvidas

"Vamos solicitar a resolução do contrato"

A Assembleia Municipal de Caminha vai voltar a discutir, no próximo dia 17 deste mês, o polémico contrato para a construção do Centro de Exposição Transfronteiriço. A coligação 'O Concelho Primeiro' (PSD/CDS-PP/Aliança/PPM) entende que se trata de um "assunto morto" e, por isso, além do esclarecimento do negócio vai pedir a resolução do contrato assinado entre a autarquia de Caminha e a Green Endogenous.

"O nosso objetivo com esta assembleia é pedir que haja uma resolução do contrato. Quando muito, que se discuta a importância real de um centro de exposições. Para nós, este contrato acabou, até porque o prazo de 190 dias já foi ultrapassado", diz ao CM a vereadora Liliana Silva. A social-democrata vai mais longe: "Uma vez ultrapassado este limite, o que a empresa devia ter feito era ter devolvido o dinheiro. Os 300 mil euros ainda estão nas mãos do promotor e são relativos a um contrato que não foi concluído."

Liliana Silva lembra que o contrato sempre lhe levantou dúvidas e reitera que o negócio foi feito para "contornar o controlo do Tribunal de Contas", sem que a autarquia tivesse qualquer garantia. "Seria um investimento sem risco. No fundo a câmara pagava o empréstimo, ao fim de 25 anos o imóvel pertencia ao promotor e a autarquia ficava sem nada. Isto não é boa gestão", concluiu.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL VAI DISCUTIR O CONTRATO DO PAVILHÃO MULTIUSOS

PCP DIZ QUE DEVEM SER TIRADAS CONSEQUÊNCIAS

A propósito da demissão de Miguel Alves, o PCP quer tudo esclarecido e "que seja feito o apuramento e tiradas as devidas consequências".

PSD AFIRMA QUE SEMPRE FALOU SOBRE O CASO

O PSD de Caminha diz que o caso do centro de exposições nunca foi esquecido e foi até tema de debate nas últimas eleições autárquicas.

Câmara nega fuga ao Tribunal de Contas

A Câmara de Caminha diz que o contrato-promessa de arrendamento do CET não tem de ser submetido ao Tribunal de Contas (TC). Questionada pelo CM se este tipo de contrato foi uma forma de contornar o controlo do TC, a autarquia respondeu: "Não. O contrato-promessa de arrendamento em causa não tem de ser sujeito a visto prévio do TC, como é confirmado por vários juristas de reconhecido mérito e insuspeita isenção e imparcialidade e, inclusivamente, pelos próprios vereadores da oposição, que o afirmaram expressamente na última reunião de câmara."

Município de Caminha

Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.